

A USP e os desafios do presente-futuro

 jornal.usp.br/institucional/a-usp-e-os-desafios-do-presente-futuro/

January 5, 2022



Maria Arminda do Nascimento – Foto: Marcos Santos/USP
Imagens

A literatura especializada sobre o ensino superior tem sido unânime em reconhecer que, a partir dos anos 1990, intensificou-se o processo de transformação das universidades, independentemente do país, das culturas e dos problemas particulares a que são levadas a enfrentar. Toda uma cultura acadêmica sedimentada está em transformação, manifesta na busca de novos sentidos para a atividade. Porém, o significado das mudanças está longe de ser consensual, pois a insegurança é a característica definidora da relação da nossa sociedade com o futuro, agravada pela perda do horizonte de expectativas criada pela pandemia. A rigor, estão sob juízo elementos fundamentais da nossa prática docente, sedimentados e legitimados há gerações. Discute-se sobre a nossa real capacidade para educar sujeitos em condições de atuar em realidades diversas e de reagir criativamente frente às incertezas do meio. Debate-se, inclusive, sobre os melhores instrumentos para o ensino, a exemplo das aulas à distância ou presenciais. Como se sabe, a qualidade da formação superior exige o domínio de instrumentos aprimorados nos campos da ciência e da cultura, compassado com os avanços do conhecimento de ponta, produzido nos principais centros mundiais de pesquisa. A rigor, a direção a ser tomada ainda é incerta, hesitante e aberta às definições, dificuldade acrescida pelo enfraquecimento dos princípios que guiaram a modernidade, dos quais as universidades são parte integrante.

Para muitos autores, o legado moderno encontra-se num momento crítico, de franco questionamento, pois os valores nos quais se baseava – da racionalidade, da laicidade, da cientificidade, da individualidade – foram rompidos e passaram a ser cotejados por orientações opostas. Nessa quadra de valores híbridos, vivemos em uma sociedade movediça, descentrada, uma vez que o movimento da globalização rompeu com reconhecimentos prevaletentes e levou de roldão as identidades nacionais. O sintoma da profundidade da crise aparece no questionamento do cânone cultural herdado, cujas manifestações mais evidentes corporificam-se na descrença em relação à ciência, evidentes na proliferação de notícias falsas, do chamado mundo da pós-verdade, como se fosse absolutamente natural aceitar tal insensatez. Em termos explícitos, as noções de verdade e de conhecimento obtidos por meio de procedimentos éticos e científicos costumam ser atacadas nas redes sociais, como se fossem domínios equivalentes e legítimos. O enfraquecimento das distinções entre sistema, isto é, o Estado e o mercado, e o mundo da vida, o universo privado dos sujeitos sociais, que constituíram a esfera pública burguesa, receberam, finalmente, o seu golpe de misericórdia com a difusão da internet, atingindo as instituições sociais que se desenvolveram no bojo dessas diferenças. Por isso, não é estranhável que as universidades públicas, especialmente, têm sido objeto de controvérsias, quando não de dúvidas sobre a sua real importância.

Nesses termos, não são poucos os desafios a serem enfrentados pelas universidades no presente momento, em particular em países como o Brasil. O universo dos conflitos que grassam no nosso país interfere no cotidiano das universidades, seja por causa da obrigação de responder às incompreensões externas, seja pela dificuldade de se conseguir consensos internos sobre os mais variados problemas que nos assolam. No todo, pode-se afirmar que a importância dessas instituições e o papel que elas exercem na vida social foram relativizados. No Brasil, além dos problemas que assolam o país e

nos atingem, as nossas universidades são instadas a produzir pesquisas segundo os centros científicos de prestígio internacional e nem poderia ser diferente. A questão é que despendemos energias consideráveis para tratar de assuntos que mal ou bem estavam equacionados, a exemplo do corte de financiamento para a pesquisa, a crise das instituições como a Capes e o CNPq, a desmontagem da política cultural, entre outras dificuldades importantes.

Neste cenário, existem compreensões diferentes sobre o papel das universidades. Algumas posições típicas podem ser identificadas: o empenho na criação de uma universidade internacionalizada, caracterizada por intensa mobilidade entre docentes e estudantes, desterritorializada e supranacional, assumida como o caminho certo para a construção de reputações científicas prestigiosas, adequadas aos critérios de avaliação estabelecidos pelos rankings; ou dirigir o foco para os problemas fundamentais da sociedades nas quais estão inseridas, por que se considera a primeira posição descompromissada com os destinos dos seus países, no limite, prisioneiras da heteronomia. Não raro, a intensidade das polêmicas gera equívocos evidentes ao identificar, por exemplo, internacionalização como sinônimo de perda de autonomia e submissão a interesses externos. As posições contrárias costumam ser acoimadas de provincianismo, autorreferência e de distanciamento da produção científica de vanguarda. De fato, o que está em questão é a identidade das instituições universitárias nas sociedades contemporâneas. Não é infrequente a tais concepções contrastivas a dificuldade de encontrar um campo comum de diálogo, capaz de produzir um modelo que atenda o leque das reivindicações, por estarem embasadas em entendimentos diversos de gestão, de organização do ensino, da pesquisa, das formas de financiamento, de compromissos com a sociedade.

Nesse cenário, onde múltiplos atores se movimentam, as universidades públicas brasileiras têm conseguido se destacar no âmbito internacional, apesar de as instituições federais ficarem, não poucas vezes, reféns de medidas governamentais nada republicanas, ameaçando a sua autonomia, diga-se de passagem, conseguida a duras penas após a redemocratização e sacramentada pela Constituição federal de 1988. Mesmo as estaduais de São Paulo, o mais exitoso complexo universitário do Brasil, passam por momentos de insegurança sobre a sua autonomia orçamentária, quando não são submetidas à Comissões Legislativas que podem atingir o sentido fundamental de sua missão. Em quaisquer das situações, nota-se que as universidades brasileiras estão imersas em controvérsias de várias ordens, que se agudizaram em função do aprofundamento da crise atravessada pelo Brasil contemporâneo.

Em meio às múltiplas situações que as universidades enfrentam, tampouco a Universidade de São Paulo, a mais prestigiosa instituição de ensino superior do Brasil e da América Latina, se sente completamente confortável. Não obstante, a USP, foi capaz de conciliar dois princípios comumente tidos como irreconciliáveis: expandir quantitativamente o corpo discente e incrementar o volume, a qualidade e a internacionalização de sua produção científica. Em termos explícitos, a USP tornou-se uma universidade de massas, mas realizou o feito de desenvolver e ampliar a produção

cultural e científica de tal modo que alargou o seu reconhecimento na escala mundial. Nesses termos, se a preservação da independência financeira criou as condições de possibilidades da autonomia decisória da Universidade, tal conjunção frutificou a relação entre democratização social do acesso às carreiras oferecidas, qualificação do conhecimento cultural e científico, e até mesmo incorporação de novos atores ao processo de gestão institucional, com vistas a manter a eficiência administrativa, meio imprescindível à obtenção de fins substantivos. A autonomia não se resume, desse modo, à gestão dos recursos, pois significa a capacidade de a instituição definir prioridades de maneira independente.

Nesse registro, nota-se que as compreensões polarizadas a respeito dos rumos da Universidade podem gerar desentendimentos desnecessários, uma vez que a USP realizou tanto a missão de responder aos desafios do país – ao ampliar consideravelmente o contingente de estudantes e aderir a políticas afirmativas -, quanto construiu um padrão de conhecimento, de cultura e de ciência de vocação internacional. Percebe-se, assim, que as querelas são potencialmente ultrapassáveis, mostrando que a estrutura consolidada da USP lhe garantiu uma dinâmica virtuosa, obtida em meio à variedade de opiniões, elas próprias retratos da riqueza produzida pela diversidade interna. Percebe-se, portanto, que a Universidade moveu-se buscando incorporar o melhor dos posicionamentos. Dito de outra maneira, não se pode elidir o debate, mas trata-se de encontrar um solo comum de diálogo, sem o qual a Universidade pode se perder no emaranhado de visões antagônicas que tendem a se avolumar, à medida em que os problemas brasileiros se aprofundam no arrasto produzido pela crise mundial.

Espera-se sobretudo da USP, mas igualmente das suas congêneres, assumir um papel ativo na busca de saídas para as dificuldades do país, por sua condição de situarem-se entre os poucos agentes ainda dotados de racionalidade e integridade em meio ao esfacelamento de instituições de pesquisa e de cultura no Brasil. A tragédia da saúde, agravada pela pandemia, atesta a profundidade da nossa crise social, política, econômica, moral. Nesse contexto, as universidades não estão ao abrigo, antes encontram-se expostas, não podendo assistir assombradas e inertes ao mover dos acontecimentos. As universidades brasileiras, bem sabemos, possuem atributos notáveis capazes de conferir-lhes o lugar de atores centrais na busca de saídas para a desintegração em curso. A crise moral, particularmente, atinge o cerne das formas de reconhecimento das universidades, uma vez que põe em dúvida os princípios éticos e científicos da produção do conhecimento, além de criar regimes relativos da razão e da verdade.

Explicitamente, o Brasil arrisca-se a perder conquistas democráticas e civilizatórias, levadas de roldão pelos milhares de mortos, número assustador, que se alimentou das desigualdades persistentes, das injustiças e desassistência social. O mal-estar reinante não pode ser minimizado; tampouco enfrentado sem abertura de visão, sem alargamento de perspectiva. A crise, nesse sentido, poderá pavimentar soluções de caráter superior, a exemplo da participação de importantes pesquisadores que não se eximiram quando puseram seu cabedal de conhecimento científico acumulado a serviço da saúde;

tampouco quando intensificaram os procedimentos na procura de soluções. A USP, muito especialmente, em função da sua importância no cenário nacional, teve papel proeminente, visível nos espaços que seus cientistas ocuparam como interlocutores públicos. Cabe, no entanto, aprofundar e inovar em termos de construção de propostas solidamente elaboradas. O Brasil do futuro está sendo concebido hoje, a Universidade de São Paulo pode e deve ser um ator central no processo.

Um laboratório da sociedade

Dentro dessa concepção, projeta-se uma Universidade que não se descure da sua condição de interlocutora central no debate público do país, oferecendo a sua ciência com a finalidade de encontrar saídas para o presente desconcerto da sociedade brasileira. A condição sine qua non do papel relevante a ser ocupado pela Universidade implica desenvolver ações institucionais, isto é, construídas de modo coletivo, por estarem embasadas em projetos interdisciplinarmente articulados, voltados ao tratamento da agenda pública, transformando a USP numa espécie de laboratório da sociedade. Finalmente, fundamental será imaginar políticas de indução e apoio infra estrutural e de financiamento, que envolvam as Pró-Reitorias e órgãos em atividades solidárias, para oferecerem suporte aos grupos, centros e laboratórios de pesquisa alojados em unidades, em departamentos, incentivando a inovação em todas as áreas do conhecimento e o seu compassamento com instituições internacionais de relevo. Projeta-se intensa participação na concepção e elaboração das propostas, mobilizando a comunidade envolvida, de maneira a garantir a adesão do maior número de pessoas, o que implica aprofundar o diálogo interno, reforçar a transparência decisória, incorporar demandas das diversas categorias no âmbito dos assuntos que lhes são pertinentes.

Perseguir o entendimento será fundamental, por intermédio do tratamento respeitoso de concepções diversas.

Há uma variedade de problemas relevantes a serem enfrentados: políticas de saúde pública com ênfase na qualidade, atendimento e universalização; pobreza e desigualdade social; ensino e educação de qualidade; políticas urbanas, de moradia popular e saneamento; políticas de cultura inclusivas e ações afirmativas; novas tecnologias e estrutura do emprego; políticas econômicas voltadas para o bem-estar; democracia, cidadania, direitos, diversidade e equidade; políticas de ciência, tecnologia e inovação, dentre vários outros. A intenção é agregadora e não restritiva, isto é, as pesquisas previamente existentes, sejam básicas, aplicadas, culturais e voltadas à preservação do patrimônio intelectual e filosófico, serão altamente valorizadas, sem cujo avanço não se constrói bases civilizatórias sólidas.

Naturalmente, todo o conjunto pressupõe construir suportes adicionais aos existentes, articulando duplo procedimento de valorização tanto das carreiras docente, quanto funcional: esta deverá ser reconhecida por um plano de progressão profissional, habilitando os funcionários para ocuparem posições administrativas, muitas delas sob responsabilidade de docentes; estes deixarão de ser onerados pelo excesso de funções,

sobretudo quando exercem cargos de direção. Finalmente, a USP precisará repensar o ensino, de modo a preparar os estudantes para enfrentar profissionalmente o futuro incerto e inseguro que se avizinha, a demandar novas habilidades, a exigir conhecimento interdisciplinar, consonantes com a tecnologia e com a mudança do marco civilizatório, corolário da profunda transformação das sociedades contemporâneas.

A pandemia facultou a percepção mais acurada dos problemas que se anunciam no cenário mundial, que atingem diretamente as universidades, dado o seu caráter de instituições sociais. Se o momento exige esforço de todos em prol de um futuro promissor, somente a consciência do sentido humano que será o norte da gestão poderá erigir uma Universidade voltada para o futuro, em condições de propor alternativas ao desconcerto do tempo. Os cinco pontos que norteiam a administração que ora será iniciada – gestão para as pessoas, ensino de qualidade e inclusivo, pesquisa de excelência e inovação, universidade transparente, compromisso social – são inspirados na necessidade de acentuar os princípios éticos e humanitários da produção avançada da ciência, da cultura, do saber, repositórios inexcedíveis de universidades como a USP.